



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

ESTUDO PRELIMINAR elaborado em conformidade com a *Instrução Normativa SEGES/ nº 05, de 26 de maio de 2017*, pela Equipe de Planejamento da Contratação designada pela Diretoria de Licitações e Contratos da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa da Universidade Federal de Pernambuco, vinculados ao Documento de Formalização de Demanda – DFD, formalizado mediante **processo administrativo nº 23076.027894/2018-34**.

1. Objetivos

- 1.1. **Geral:** Desenvolver estudo a fim de assegurar a viabilidade técnica da contratação de que trata o referido DFD (folha 2), qual seja: ***Serviço de Fornecimento de Água Potável através de Caminhão-Pipa de no mínimo 16.000 litros***
- 1.1.1. O Termo de Referência deve indicar as unidades descentralizadas que integram o *campus* Recife da UFPE, onde, também, serão prestados os serviços, com indicação de suas respectivas coordenadas geográficas, conforme **item 4** deste Estudo Preliminar.
- 1.1.2. O código CATSER referente ao objeto a ser licitado também deverá ser indicado no Termo de Referência. Para o objeto a ser licitado o código CATSER é 1729-9.
- 1.2. **Específicos:**
- (i) Elaborar estudo à luz da *IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, quanto à classificação e natureza dos serviços, identificando demais normativos legais que disciplinam a contratação pretendida, embasando Termo de Referência a ser elaborado;
 - (ii) Apresentar histórico de contratações, de modo a prevenir inconsistências no Termo de Referência a ser elaborado;
 - (iii) Apresentar parâmetros mínimos de qualidade visando à obtenção da proposta mais vantajosa;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

- (iv) Identificar a melhor solução, dentre as praticadas no âmbito da Administração Pública Federal, preferencialmente no âmbito das Instituições Federais de Ensino, visando à eficácia da contratação.

2. Referência legal

2.1. Identifica-se como parâmetros legais a subsidiar a contratação:

- (i) O *Decreto-Lei nº 200/1967 (art. 10)*: De forma inaugural, determinou o *planejamento* como um dos princípios fundamentais aos quais as atividades da Administração Federal deveria se subordinar (*art. 6º, I*) e a ampla descentralização da execução das atividades da Administração Federal (*art. 10*);
- (ii) A *Portaria 2.914/2011*: Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- (iii) A *Lei 14.826/2012*: Dispõe sobre as condições sanitárias relativas à captação, armazenamento, transporte, distribuição, e comercialização de água potável natural procedente de soluções alternativas de abastecimento de água para o consumo humano no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.
- (iv) O Decreto 9.488 de 20/08/2018 que Altera o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, do Poder Executivo federal.
- (v) A *Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010*: Trata-se de Instrumento Legal que dispõe os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, regulamentando, tardiamente, o exigido pelo *artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*. As práticas de sustentabilidade a serem exigidas em editais licitatórios para a contratação de serviços, como no presente caso, são as previstas no artigo 6º da referida IN. Ressalte-se, no entanto, que se trata de uma lista exemplificativa, não exaustiva, o que implica dizer que outras práticas podem ser previstas no Termo de Referência a ser elaborado, desde que guarde pertinência com o objeto a ser licitado e esteja em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. De do a evitar que as práticas de sustentabilidade a serem exigidas no TR sejam



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

menosprezadas ao longo da execução contratual, recomenda-se penalizar a não observância com multas mensuradas em significativos graus de gravidade.

- (vi) *A Instrução Normativa nº 05/2017* que Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- (vii) *A Instrução Normativa nº 03/2017* que altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- (viii) *Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor*: Segundo Szklarowsky¹, o art. 2º do CPDC ao equiparar consumidor à coletividade de pessoas, “mesmo que indetermináveis”, abrange nesta expressão a Administração Pública. Não obstante, ser possível a Administração figurar ora como fornecedora ou prestadora de serviços, ora como usuária ou consumidora. Logo, segundo o autor,

[...] não se há de recusar à Administração, quando consumidora ou usuária final, o direito à modificação de cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou a sua revisão em vista de fatos supervenientes, tornando-as por demais onerosas, nem impedir se valha de outros direitos previstos no Código. (SZKLAROWSKY, s.d., p. 37).

No entanto, Cunha² admite ser razoável a aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos administrativos, “em caráter subsidiário, desde que atendidas as seguintes condições”:

- a) o órgão ou entidade pública estiver em posição de vulnerabilidade técnica, científica, fática ou econômica perante o fornecedor, visto que a superioridade jurídica do ente público é presumida nos contratos administrativos;

¹ SZKLAROWSKY, Leon Frejda. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor e os Contratos Administrativos. **Revista TCU**, Brasília, s.d., p. 34-38. Disponível em: <revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/viewFile/1086/1142>. Acesso em: 17 mai.2018.

² CUNHA, Jatir Batista da. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos Contratos Administrativos. **Revista TCU**, Brasília, v. 32, n. 87, jan/mar 2001, p. 30-34.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

b) o órgão ou entidade pública estiver adquirindo o produto ou serviço na condição de destinatário final, ou seja, para o atendimento de uma necessidade própria e não para o desenvolvimento de uma atividade negocial. (CUNHA, 2001, p. 34).

- (ix) *Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002*: Institui modalidade licitatória denominada pregão para bens e serviços comuns, definindo-os como “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (*Art. 1º, parágrafo único*), conceito ratificado pelo art. 14 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017. Entende-se que a definição de serviço comum cabe ao objeto contratual, pois analisando-o concretamente, verifica-se se tratar de serviço facilmente executado pelo mercado. Afirma Erthal de Carvalho: “a pertinência ou não da adoção do pregão está diretamente vinculada aos padrões de mercado em que se insere determinado bem ou serviço”³, implicando que a escolha da proposta mais vantajosa ocorra com base tão somente no preço ofertado.
- (x) *Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005*: Torna obrigatória a adoção da modalidade licitatória instituída pela Lei nº 10.520/2002 nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns, ao mesmo tempo em que lhe regulamenta a forma eletrônica, impondo-a preferencialmente nas citadas licitações.
- (xi) *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*: como Normativo Geral das Licitações e Contratos, aplicar-se-á subsidiariamente às diversas fases da contratação, sobretudo se considerarmos que muitas de suas regras já se encontram incorporadas aos diplomas legais posteriores que versam sobre o tema, aqui elencados.

3. Análise das Contratações Anteriores

Com o objetivo de basear o quantitativo e preços praticados neste atual certame, foi realizado um levantamento das 2 (duas) contratações anteriores realizadas pela Gerência de Recursos Hídricos da UFPE, descritos em detalhes nas especificações abaixo:

³ ERTHAL DE CARVALHO, Juliane. Cabimento de pregão para contratação de serviços de auditoria independente: comentários ao acórdão 1.046/2014 do TCU. **Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini**, Curitiba, nº 87, mai.2014. Disponível em: <<http://www.justen.com.br/informativo.php?&informativo=87&artigo=1145&l=pt>>. Acesso em: 14 jun.2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

1. Ata de registro de preço nº 262/2018, vinculada ao Pregão Eletrônico nº 07/2018 e processo administrativo nº 23076.017169/2017-77 na qual a empresa DISQUE ÁGUA LTDA vem oferecendo serviços de fornecimento e transporte de água potável em caminhões-pipa com carradas mínimas de 16.000 litros com uma demanda global 80 carradas de acordo com a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, com vigência entre 02 de abril de 2018 a 01 de abril de 2019.

De acordo com a planilha de controle de ofertas de Caminhão-Pipa são realizadas 4 entregas mensais para o Restaurante Universitário, o que corrobora em 48 entregas anuais. Além disso, são realizadas entregas bimestrais ao departamento de Fisioterapia o que corrobora em 6 entregas anuais. Também provisionamos, por motivos eventuais, 2 entregas mensais, o que caracteriza 24 entregas, configurando, assim, a demanda atual de caminhões-Pipa no Campus Recife.

Vale salientar, que não foram elencados os quantitativos referentes a problemas de escassez extrema no qual configuramos 50% do quantitativo já definido e programada para 2019. totalizando um acréscimo possível de 40 caminhões-pipa.

2. Ata de registro de preço nº 61/2017, vinculada ao Pregão eletrônico nº 177/2016 e processo administrativo nº 23076.024966/2016-20 na qual a empresa ALVORADA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP forneceu serviços de fornecimento e transporte de água potável em caminhões-pipa com carradas mínimas de 16.000 litros com uma demanda global 80 carradas de acordo com a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, com vigência entre 22 de fevereiro de 2017 a 21 de fevereiro de 2018.

De acordo com a planilha de controle de ofertas de Caminhão-Pipa de 2017 foram realizadas 2 entregas mensais para o Restaurante Universitário, o que corrobora em 24 entregas anuais. Além disso, foram realizadas entregas aos departamentos do Campus Recife e Anexos, por demandas eventuais, no total de 11 entregas, totalizando no período 35 entregas de Caminhão-pipa para o Campus Recife e anexos.

Como em ambos os casos o abastecimento é de caráter complementar e de suprimento de eventualidades existentes no abastecimento principal de água para o Campus Recife da UFPE, o quantitativo utilizado no ano de 2017 conseguiu atender as necessidades solicitadas. Ainda, vale salientar que o quantitativo solicitado é necessário dada uma situação extrema de escassez de recursos hídricos no Campus Recife da UFPE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

Considerando a experiência com as contratações anteriores, a equipe de planejamento entendeu que, não houveram inconsistências incorridas nos contratos.

4. Necessidade de Contratação

O campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco, atualmente possui 431.122,67 m² de área construída e 943.866,98 m² de áreas externas. Os números da UFPE de discentes, docentes e técnico-administrativos, são:

32.440 alunos nos cursos de graduação;

4.135 alunos nos cursos de mestrado acadêmico;

440 alunos em mestrados profissionais;

3.823 alunos em doutorados;

1.500 alunos nos cursos de especialização;

430 alunos do Colégio de Aplicação (ensino fundamental e médio);

2.834 professores;

58 professores do Colégio de Aplicação;

4.184 servidores técnico-administrativos.

Totalizando um quantitativo populacional médio de **49.844** indivíduos circulando dentro do Campus Recife da UFPE.

Além desse contingente, a instituição recebe diariamente, um grande número de visitantes em suas instalações. O Campus Reitor Joaquim Amazonas (Recife) tem um sistema misto de abastecimento um próprio de abastecimento e tratamento de água através da ETA e outro o da rede pública COMPESA.

Além disso, o sistema de abastecimento conta com reservatórios que totalizam uma capacidade de armazenamento de **8.927.177** litros de água ou **8.927,18 m³** distribuídos em **53** reservatórios no Campus Recife (Reitor Joaquim Amazonas), Faculdade de Direito do Recife, Núcleo de TV e Rádio Universitária.

Com isso o abastecimento suplementar via Caminhões-Pipa é de primordial importância devido à necessidade de atender com urgência os estudantes, professores e servidores dos Centros Acadêmicos, Unidades Administrativas, Órgãos Suplementares, Laboratórios e o público usuário da UFPE, em caso extremo de falta d'água e, como também, devido a alguma incapacidade de nosso sistema de abastecimento e tratamento de água (ETA), por manutenção no Sistema, ou por interrupção inesperada de abastecimento de algum prédio ou por interrupção de abastecimento do sistema público COMPESA.

O Campus Recife ainda conta com um Restaurante Universitário que está localizado na Avenida dos Reitores. O espaço ocupa área de 1.292 m² e tem capacidade para atender até 550 pessoas sentadas. De segunda a sexta-feira, são oferecidos diariamente 500 desjejuns (estudantes que possuem subsídio integral), no horário das 07h às 8h, 3.000 almoços, no horário das 10:30h às 14:30h, e 1500 jantares, das 17h às 19h, por causa desse quantitativo são necessários Caminhões-Pipa para o atendimento eficiente ao departamento solucionando parcialmente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

possíveis interrupções no abastecimento por cronogramas periódicos de desabastecimento via Compesa e atendendo como complemento ao subdimensionamento da tubulação de abastecimento do restaurante universitário, visto que foi verificado que os diâmetros dos tubos de abastecimento subutiliza a distribuição de água.

Além disso, o Campus Recife possui um departamento de Fisioterapia que possui 1.589 m² de área construída e é composto por: Piso inferior- 4(quatro) salas de aula, equipadas com material áudio-visual, 2(duas) salas de aulas práticas e 4 (quatro) Laboratórios, área administrativa (Escolaridade e Chefia), Centro Acadêmico, Sala de Informática, Almoxarifado, Recepção, copa e W/C. Piso Superior: Sala de Reunião, 15 ambientes para Professores, copa e W/C. O mesmo utiliza-se de piscinas para o tratamento dos pacientes que também são abastecidas periodicamente com caminhões-pipa o que caracteriza a necessidade também de aquisição dos mesmos.

5. Referência a outros instrumentos de planejamento da UFPE

O *Plano Estratégico Institucional – PEI* da UFPE para o período 2013-2017 apresenta como um dos objetivos estratégicos: promover uma política de sustentabilidade, mediante, dentre outros pontos, “incorporar, sempre que possível, requisitos sócio ambientais na licitação de bens e serviços” e “estimular nos parceiros o comprometimento com a sustentabilidade, de forma que desenvolvam uma atitude cidadã no seu ambiente de trabalho e dia a dia”⁴, o que vai ao encontro das recomendações do Decreto nº 7.746/2012, ao qual alude o *item 2, viii*, deste Instrumento.

O *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*⁵ da UFPE ratifica o citado objetivo do PEI 2013-2017 quanto à promoção de uma política de sustentabilidade, mediante a inserção de critérios de sustentabilidade ambiental nos procedimentos licitatórios e a criação de uma cultura de sustentabilidade dentro da instituição.

6. Requisitos da contratação

- 6.1. O edital licitatório conterá as regras para participação no certame eletrônico.
- 6.2. O serviço não é caracterizado como de natureza continuada pois não há a necessidade do atendimento de forma contínua como definem os Arts. 15 e 16 da IN

⁴ UFPE. Plano Estratégico Institucional UFPE – 2013-2027, dez. 2013, p. 30. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40fe-b285-90bf01186a5d>. Acesso em: 19 jun.2018.

⁵ UFPE. Plano de Desenvolvimento Institucional – 2014-2018. Documento aprovado na Reunião do Conselho de Administração do dia 9 de fevereiro de 2015, p. 107-108. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pdi_14_18_of.pdf/28b6c0d5-ed53-4484-9936-1b8a9236e9ec>. Acesso em: 20 jun.2018.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

05/17.

- 6.3. O Termo de Referência e o edital licitatório elencarão a documentação relativa à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, bem como o modo, a forma e o momento do certame em que deverá ser apresentada.
- 6.4. Deve-se exigir, ainda, dos licitantes:
- 6.5. O produto ofertado deverá atender aos requisitos constantes nos artigos 6 e 7 da Lei Municipal nº 16.839 do Município do Recife
- 6.6. Comprovação de Licença Ambiental emitida na proposta pelo órgão competente para atividade compatível com o objeto licitado, dentro do prazo de validade - (original ou cópia autenticada);
- 6.7. Certificado ou Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional Competente emitido na proposta, dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada) e de acordo com o art. 23 da lei 2.914/2011 a empresa deve contar com profissional técnico especializado para esse fim.
- 6.8. Comprovação que a empresa possui autorização para transporte de água potável emitida pelo órgão competente dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada);
- 6.8.1. Declaração formal assinada pelo representante legal da licitante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, conforme modelo a constar como anexo do TR e consequentemente, do edital a ser elaborado.
- 6.8.1.1. Facultar-se-á ao licitante realizar vistoria prévia, através de representante identificado, ao local dos serviços, **em dias e horários a serem estabelecidos no Termo de Referência**, até o dia útil anterior à abertura da licitação, agendando-a previamente com a Superintendência de Infraestrutura da UFPE, por meio de **contatos (e-mail e telefone institucional) a serem indicados no**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

Termo de Referência.

- 6.8.1.1.1. Em atenção às recomendações do Tribunal de Contas da União exaradas no *Acórdão nº 110/2012-Plenário*⁶, recomenda-se evitar agendamento de vistoria para mais de um licitante em horários coincidentes, de modo a coibir quaisquer tramas de conluio favorecidas por negligência ou desídia administrativas. Desse modo, a abertura do certame licitatório deve ocorrer em prazo suficiente, após a publicação, de modo a atender, simultaneamente, o prazo máximo estabelecido para a vistoria e as recomendações do TCU.
- 6.8.2. Devem ser observados os critérios abaixo, previstos no artigo 4º, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012:
- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
 - IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 6.8.3. Não deve ser permitida a participação de:
- 6.8.3.1. Empresa em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 6.8.3.2. Empresa temporariamente suspensa de participar com a União, com fundamento no *artigo 7º da Lei nº 10.520/2002* e no *artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005*, e com a UFPE, com fundamento no *inciso III do artigo 87 da Lei*

⁶ [...]

31. Com relação à exigência de que os competidores devem realizar visita técnica ao local da obra, em dia e hora único, definido no edital, foi demonstrado que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de repudiar tal medida, por configurar restrição indevida à competitividade do certame e por **favorecer o prévio acerto entre os pretendentes**. Neste caso, **a falta é suficiente para macular a licitação e ensejar proposta para a anulação do processo licitatório**, sem prejuízo de dar ciência ao omissis que a inserção no edital de licitação de exigência para a realização de vistoria técnica em um único dia e horário, constitui-se em restrição à competitividade e ofensa ao disposto no art. 3º, caput, e § 1º, inciso II, da Lei 8.666/1993, além de favorecer ajustes entre os potenciais competidores.

[...]



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

nº 8.666/1993, ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, que ainda não tenham logrado reabilitação;

6.8.3.3. Empresa reunida em consórcio que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição, pois não se trata de contratação de grande vulto, considerando o disposto no *inciso V do artigo 6º da Lei nº 8.666/1993;*

6.8.3.4. Empresa que não tenha sede no País;

6.8.3.5. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no *artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.*

6.9 A empresa deverá fornecer mensalmente relatório de potabilidade de água de acordo com a Portaria 2.914/2011 demonstrando a qualidade da mesma.

7. Estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte

O volume total dos reservatórios foi medido e oferecido pela Gerência de Recursos Hídricos GRH-DGA conforme especificado no item 4 deste documento totalizando uma capacidade de armazenamento de 8.927.177 litros de água ou 8.927,18 m³ distribuídos em 53 reservatórios no Campus Recife (Reitor Joaquim Amazonas), Faculdade de Direito do Recife, Núcleo de TV e Rádio Universitária.

Além disso, a capacidade dos reservatórios global serve de base para a estimativa de solicitação de caminhões-pipa 120 Caminhões x 16.000 = 1.920.000 litros, ou seja, 1.920 m³, cerca de 21,5% da capacidade do campus em litros fornecidos anualmente.

Recomenda-se, porém, que haja previsão de vistoria no edital, para que o licitante possa verificar a realidade no local e realizar sua proposta com maior assertividade e segurança possível ou que o mesmo possa emitir, alternativamente a vistoria, uma declaração de que conhece as condições do local.

Ressaltamos que, todos os itens aqui descritos, foram discutidos também nas Reuniões da equipe de planejamento da contratação, onde se verificou a necessidade de inclusão de mangueiras com metragem mínima de 50 metros.

Apesar de se tratar de quantitativo que se mostra fiel à realidade atual e embora o Tribunal de Contas da União já tenha se posicionado no sentido de que o permissivo contido no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, deva ser admitido como exceção e não como regra⁷, por segurança administrativa é oportuno admitir para a atual contratação o que admite a Norma Geral de Licitações e Contratos Administrativos:

[...]

Art. 65

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou **supressões** que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. Destacamos.

Como se depreende da leitura do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, o texto legal resguarda a Administração, também, nos casos de supressões do quantitativo. Desse modo, em a Administração deliberando pela exclusão, ao longo da execução contratual de item(ns) inicialmente definido(s), fá-lo-á arrimada no disposto legal.

Para fins de alteração contratual deve ser observado o disposto no *anexo X da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*.

8. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

Em 05/09/2018 ocorreu a sexta reunião da Equipe de Planejamento, quando se tratou do tema levantamento de mercado. Observou-se que no mercado ofertante dos serviços de fornecimento de água potável por meio de caminhões-pipa no estado (PE), predominam dois principais tipos de soluções, conforme segue detalhamentos:

8.1.1 Solução 1: *Aquisição dos serviços com fornecimento de Água Potável através de Caminhões-Pipa de 16.000 litros;*

Descrição: Este tipo de aquisição engloba os serviços de fornecimento de água potável através de caminhões-pipa com capacidade similar a capacidade média dos reservatórios do Campus Recife e unidades anexas, por causa disso, tem fácil adequação a utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.

8.1.2 Solução 2: *Aquisição dos serviços com fornecimento de Água Potável através de Caminhões-Pipa de 20.000 litros;*

⁷ BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Guia de boas práticas de soluções de tecnologia da informação: riscos e controles para o planejamento da contratação* – versão 1.0. – Brasília: TCU, 2012, p. 83-84.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

Descrição: O segundo tipo de aquisição oferecida pela mercado de fornecimento de água mediante caminhões-pipa possui capacidade demasiada, o que pode gerar retrabalhos e desperdícios nos trâmites de recepção e adequação a capacidade estabelecida.

8.2 Análise e Escolha Entre as Soluções Existentes

Ao apreciar as soluções, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1.

A solução escolhida atende às determinações legais, reduz a possibilidade de desperdícios por não adequação ao volume dos reservatórios do Campus Recife.

Ressaltamos que tal opção ponderou outras metodologias de contratações de instituições externas e avaliou-se que o modelo 1 que melhor se adapta a nossa realidade.

Por fim, deve-se registrar que o modelo proposto também se adequa às cobranças atuais dos órgãos de controle, com o quantitativo de serviços prestados, uma vez que o Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

9. Estimativas de preços ou preços referenciais

Com a escolha do tipo de solução a contratar, a estimativa de preço será baseada no valor obtido em pesquisa de preços tanto com potenciais fornecedores, bem como no painel de preços no sítio eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>.

Foram enviados e-mails solicitando orçamento para diversas empresas, mas só obtivemos respostas das empresas: DISQUE ÁGUA LTDA EPP e VASCONCELOS & MORIM LTDA ME.

Também foi realizada pesquisa no Painel de Preços Públicos, em conformidade com a IN nº 05/2014, alterada pela IN nº 03/2017 do MPOG, onde no estado de Pernambuco apenas foi encontrado inexigibilidade de licitação e não foi possível retirar informações do quantitativo. Ao expandir a pesquisa ao nordeste foi encontrado o pregão nº 02/2018 do Hospital Universitários Walter Candido da UFCE.

Desta maneira, conforme os autos do processo, o valor **máximo** aceitável para o **Serviço de Fornecimento de Água Potável** através de Caminhão-Pipa de no mínimo 16.000 litros para o campus Recife da UFPE (Reitor Joaquim Amazonas, Núcleo de TV e Rádio e Faculdade de Direito do Recife) e unidades acadêmicas externas CCJ, NTVRU, Memorial de Medicina e Departamento de Extensão Cultural,, é de **R\$ 45.504,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e quatro reais)**.

10. Descrição da solução como um todo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

A solução como um todo para a contratação de serviços de fornecimento de água mediante caminhões-pipa concebida ao longo deste Estudo que teve início em **05/09/2018** com a primeira reunião da Equipe de Planejamento, conforme autos do processo. Essas reuniões levaram à concepção de que a contratação deve incluir os elementos necessário para, de forma integrada, gerar os resultados pretendidos atender as necessidades da contratação proposta neste Estudo Preliminar, como já foi exposto no Item 4.

A solução pretende atender todos os Centros, divisões e unidades administrativas que compõem o Campus Recife da UFPE. Salientando que o prazo de entrega dos caminhões solicitados é de 24 horas de acordo com o estipulado no Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

Para alcance dos resultados foi concebido ao longo da elaboração deste Estudo um Instrumento de Medição de Resultado – IMR (autos do processo), o qual define indicadores tangíveis e objetivamente observáveis, bem como comprováveis para assegurarmos os níveis de prestação de serviços pretendidos, suficientes para assegurar que os pagamentos reflitam os serviços efetivamente prestados.

Concomitantemente à elaboração deste Estudo Preliminar, confeccionamos o Mapa de Riscos (autos do processo), que será atualizado em todas as fases relativas ao planejamento desta contratação, de maneira a avaliar e minimizar os riscos implícitos no objeto pleiteado tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão e fiscalização do contrato,

A futura emissão do Termo de Referência e Edital juntamente com seus respectivos anexos facilitará a visualização por parte dos licitantes interessados, das obrigações implícitas para participação do certame.

11. Justificativas para o não parcelamento da solução

Delibera-se pelo não parcelamento, uma vez que se trata de contratação de um único serviço, referente ao fornecimento de água potável por meio de caminhão-pipa. Todo o fornecimento será efetuado no campus recife, não havendo possibilidade de parcelamento para este tipo de solução.

12. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Se efetivada nos termos aqui dispostos, a contratação implicará melhoria da qualidade dos serviços atualmente prestados, para os três segmentos envolvidos: servidores, discentes e sociedade, mediante:

- i) Melhor execução dos serviços contratados, em decorrência dos princípios de eficiência e sustentabilidade;
- ii) Otimização da força de trabalho atrelada à gestão e à fiscalização contratuais;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

- iii) Atendimento aos preceitos legais vigentes;
- iv) Minimizar inadimplemento contratual em decorrência de situações que possam gerar desgastes ou custos para a UFPE e consequente comprometimento da qualidade dos serviços.

13. Providências para adequação do ambiente do órgão

13.1. Visando à adequação do ambiente organizacional de modo a maximizar os resultados esperados com a contratação, a equipe responsável pela elaboração deste EP, destaca em relação a cada um dos itens abaixo:

- (i) *infraestrutura elétrica*: Não se aplica.
- (ii) *infraestrutura de ar condicionado*: Não se aplica.
- (iii) *relação ao espaço físico*: Não se aplica.
- (iv) *estrutura organizacional*: Não há necessidade de adequações, será utilizada a estrutura existente.
- (v) *acesso a sistemas de informação*: Não se aplica.
- (vi) *Capacitação dos funcionários da contratada referente ao ambiente organizacional*: Não se aplica.
- (vii) *Impacto ambiental da implantação da solução*: A fiscalização do contrato garantirá o cumprimento, pela contratada, dos critérios de sustentabilidade definidos neste EP e que devem ser ratificados no Termo de Referência a ser elaborado.
- (viii) *Impacto na equipe da área especialista*: servidores da SINFRAs responderão pelas tarefas de gestão e fiscalização (fiscal e administrativa) contratuais.
- (ix) *Impacto na equipe da área beneficiária*: Não há necessidade de adequações.
- (x) *Impacto na rotina dos usuários da solução*: Haverá orientação para que a execução tenha o menor impacto possível na rotina dos usuários.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

- (xi) *Impacto de mudança de processos de trabalho da organização:* Considerando o dimensionamento dos serviços a serem executados, dever-se-á definir em relação aos servidores envolvidos na gestão e fiscalização contratuais, tempo laboral diário para as atividades inerentes à contratação.

13.2. Considerando que:

- (i) a execução a contento dos serviços se encontra condicionada ao domínio e boa prática dos procedimentos estabelecidos pela *IN SEGES/MPDG nº 05/2017*;
- (ii) os servidores designados para a gestão e fiscalização contratuais devem pertencer ao quadro de técnicos-administrativos da UFPE, a assegurar perenidade no acompanhamento da execução dos serviços contratados,

Conforme recomenda o *subitem 3.10, “b”, do anexo III da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, **deve-se providenciar capacitação para os referidos servidores.**

14. Contratações correlatas e/ou interdependentes

A Universidade dispõe de outros contratos que direta ou indiretamente estão relacionados com o fornecimento de caminhões-pipa, a exemplo do contrato de operação e manutenção da Estação de Tratamento de Água sob nº 57/2018 firmado com a empresa RA de Oliveira Barros EIRELI (processo nº 23076.034413/2017-66), e o contrato de manutenção e desenvolvimento dos poços tubulares sob nº 143/2014 firmado com a empresa JC Serviços Integrados de Geologia, Mineração e Meio Ambiente LTDA. Ambos processos considerados interdependentes do objeto a ser licitado.

15. Declaração da viabilidade ou não da contratação

Em atendimento ao *anexo III, 2, “c”, da IN SEGES/MPDG nº 05/2017*, a Equipe de Planejamento signatária deste EP declara que as informações aqui contidas não devem ser protegidas por sigilo em nenhum grau dos que alude o *art. 27 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*.

Declaramos, com base neste estudo, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada a Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 30/12/2019.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

(Portaria nº 29/2018-DLC/PROGEST de 13 de julho de 2018.)